ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: O USO DE MAPAS PARTICIPATIVOS NA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA EM PASSIRA-PE

Maria Eduarda da Silva [1]
Helena Paula Barros Silva [2]

INTRODUÇÃO

Os territórios quilombolas constituem espaços de memória, resistência, organização coletiva e afirmação de direitos. Sua compreensão exige considerar não apenas a dimensão física da terra, mas também as relações históricas, culturais, políticas e simbólicas que vinculam os grupos às áreas que habitam. Nesse sentido, o território é compreendido como construção social, produzida pelas experiências, práticas e disputas que se desenvolvem ao longo do tempo.

O termo quilombo possui uma trajetória histórica relacionada a experiências africanas de organização e resistência. Munanga (1996) discute a origem africana do conceito, associado ao vocábulo kilombo, enquanto Nascimento (2021) destaca a importância de compreender os quilombos brasileiros a partir das experiências históricas da população negra, de suas formas de organização e de suas lutas. No Brasil, a formação dos quilombos esteve relacionada à resistência à escravização e à criação de espaços nos quais comunidades negras desenvolveram modos próprios de viver e se organizar.

Em Pernambuco, a história da produção açucareira e da escravização integra o contexto histórico no qual se desenvolveram diferentes formas de resistência negra. A presença de comunidades quilombolas no estado evidencia a permanência de territorialidades constituídas por memórias, práticas culturais e reivindicações por direitos. No município de Passira, localizado no Agreste Setentrional pernambucano, encontra-se a

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco - UPE, eduarda.silva4@upe.br ;
[2] Doutor pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco - UPE, helena.silva@upe.br ;

ISSN: 2358-8829

Comunidade Quilombola Chã dos Negros, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2004, conforme as informações reunidas no estudo e nos relatos consultados.

A pesquisa parte da compreensão de que a identidade quilombola não se limita ao reconhecimento institucional. Ela também se expressa nas narrativas sobre a formação da comunidade, nas relações de parentesco, nas práticas culturais, na religiosidade, nas experiências de organização coletiva e nas disputas em torno do território. Assim, torna-se importante considerar os conhecimentos e as percepções dos próprios moradores para compreender como o espaço é vivido, representado e projetado.

Nesse contexto, a Cartografia Social constitui uma possibilidade de representação participativa na qual os sujeitos registram aspectos do território a partir de suas experiências, memórias e expectativas. Diferentemente de uma representação exclusivamente técnica, o mapeamento participativo permite incorporar narrativas e significados atribuídos pelos moradores, contribuindo para a visibilidade de dimensões que nem sempre aparecem nos mapas convencionais. Acselrad e Coli (2008) discutem a relação entre cartografia, território e disputas, enquanto Gorayeb, Meireles e Silva (2015) apresentam experiências de mapeamento participativo junto a comunidades urbanas e tradicionais.

Diante disso, este trabalho busca responder à seguinte questão: de que forma a Cartografia Social pode contribuir para a visibilidade, o reconhecimento e a afirmação da territorialidade da Comunidade Quilombola Chã dos Negros, em Passira-PE? O objetivo geral consiste em analisar a representação do espaço da comunidade por meio da construção participativa de mapas, considerando as memórias, as condições atuais do território e as projeções coletivas de futuro. Especificamente, busca-se compreender a percepção dos moradores sobre a formação histórica do quilombo, desenvolver uma prática participativa de leitura espacial e analisar os sentidos expressos nos mapas atual e futuro.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com procedimentos de caráter descritivo e aproximação etnográfica. Foram realizadas entrevistas com representantes e moradores da comunidade e uma oficina de Cartografia Social com nove participantes, na qual se

produziu uma representação do território atual e uma projeção coletiva do território desejado. Os resultados são discutidos em três eixos: memória, identidade e disputas territoriais; representação do espaço atual; e projeção coletiva do futuro. A análise indica que os mapas e as narrativas se complementam, evidenciando tanto as limitações percebidas no território quanto os projetos comunitários de valorização cultural, melhoria dos espaços coletivos e garantia de direitos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, orientada para compreender significados, percepções e experiências atribuídos pelos moradores ao território quilombola Chã dos Negros. Essa abordagem foi escolhida por permitir interpretar dimensões simbólicas e sociais da relação entre comunidade, memória e espaço, sem reduzir a análise a dados exclusivamente quantitativos. O estudo também apresenta caráter descritivo, pois busca registrar e analisar elementos históricos, culturais, políticos e espaciais presentes nas narrativas e nas representações elaboradas pelos participantes.

O percurso metodológico aproximou-se de procedimentos etnográficos, com contato direto com a comunidade e atenção às práticas e interpretações dos sujeitos. Angrosino (2009) compreende a etnografia como uma forma de estudar grupos e comunidades a partir de seus comportamentos, costumes e crenças compartilhados. Neste trabalho, essa aproximação contribuiu para considerar os relatos e as práticas locais como fontes relevantes para compreender a territorialidade quilombola.

A Cartografia Social foi adotada como eixo metodológico central, entendida não apenas como técnica de desenho, mas como processo participativo de produção de conhecimento sobre o território. A atividade foi realizada com nove moradores, com idades entre 20 e 62 anos, incluindo pessoas com diferentes experiências e ocupações, como estudantes, agricultores, agente de saúde, professoras, artesã e aposentadas. Essa diversidade permitiu reunir perspectivas distintas sobre a história, o cotidiano e as expectativas da comunidade.

O percurso incluiu conversas e entrevistas com moradores e representantes comunitários, seguidas da oficina de mapeamento participativo. Na atividade, os

ISSN: 2358-8829

participantes utilizaram materiais simples de desenho, como folhas de papel, lápis, canetas e materiais coloridos, para representar elementos considerados relevantes do espaço vivido. A primeira produção buscou registrar a percepção do território atual. Em seguida, foi elaborado coletivamente o chamado "Mapa do Futuro", destinado a expressar desejos e expectativas para a comunidade nos próximos anos.

A análise articulou os relatos das entrevistas com os mapas produzidos. As narrativas foram consideradas a partir de temas recorrentes, como a origem do nome da comunidade, o processo de reconhecimento quilombola, as disputas territoriais, as práticas culturais, as condições de acesso a serviços e as reivindicações dos moradores. Os mapas foram analisados observando os elementos representados, as ausências, a organização espacial e as diferenças entre a situação atual e a projeção de futuro.

A pesquisa buscou valorizar o protagonismo dos participantes e respeitar seus relatos e conhecimentos. As falas foram identificadas no texto como Entrevista 1 (E1) e Entrevista 2 (E2), preservando-se a identificação nominal dos interlocutores. A versão final do trabalho deve manter apenas informações e imagens cujo uso tenha sido autorizado pelos participantes e pela comunidade, conforme os consentimentos efetivamente obtidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Cartografia Social permite compreender os mapas como representações construídas a partir de escolhas, interesses, conhecimentos e relações sociais. Simielli (1997) destaca o papel dos mapas na organização e na síntese de informações espaciais, enquanto Acselrad e Coli (2008) chamam atenção para a relação entre cartografia e disputas territoriais. Dessa maneira, o mapeamento participativo não se restringe à localização de elementos físicos: ele pode tornar visíveis usos, conflitos, memórias e modos de vida que compõem o território.

Gorayeb, Meireles e Silva (2015) discutem experiências de cartografia social e mapeamento participativo que valorizam os conhecimentos de comunidades e grupos sociais. Nessa perspectiva, o processo de construção do mapa é tão relevante quanto o produto final, pois envolve diálogo, seleção coletiva de elementos e atribuição de significados ao espaço. Almeida (2013), por sua vez, relaciona a cartografia social à

ISSN: 2358-8829

representação territorial e às relações de poder, oferecendo uma base para refletir sobre a importância de reconhecer os sujeitos mapeados como participantes ativos na produção do conhecimento.

A compreensão do território também se relaciona à abordagem de Milton Santos. Para o autor, o espaço geográfico deve ser entendido por meio da articulação entre objetos e ações, ou seja, entre as formas materiais existentes e as práticas sociais que lhes atribuem uso e sentido (SANTOS, 1996; 2008). Casas, estradas, áreas de cultivo, espaços religiosos, equipamentos públicos e áreas de uso coletivo não constituem elementos isolados: são parte de relações históricas e sociais que organizam a vida cotidiana.

Essa abordagem contribui para analisar Chã dos Negros como território vivido, no qual as formas espaciais se relacionam às memórias, às práticas culturais, às relações de vizinhança e às disputas em torno da terra. O mapa, portanto, não representa somente uma superfície delimitada; também pode expressar as condições de acesso aos espaços, as áreas consideradas importantes, as perdas percebidas pelos moradores e as aspirações em relação ao futuro. A cartografia participativa possibilita que tais dimensões sejam registradas a partir da experiência de quem habita o território.

A dimensão histórica da identidade quilombola exige considerar as formas de resistência da população negra e as continuidades entre memória, território e reivindicação de direitos. Munanga (1996) contribui para contextualizar a origem histórica do conceito de quilombo, e Nascimento (2021) reúne reflexões sobre relações raciais, quilombos e movimentos negros. Esses aportes ajudam a evitar uma compreensão dos quilombos como vestígios do passado, reconhecendo-os como comunidades contemporâneas, com organização social, práticas culturais e projetos de futuro.

Por fim, a perspectiva dialógica de Paulo Freire contribui para compreender a oficina de mapeamento como experiência de construção coletiva de conhecimento. Em Pedagogia do oprimido, Freire (1987) enfatiza a importância do diálogo e da relação dos sujeitos com o mundo. Sob essa perspectiva, a participação dos moradores na elaboração dos mapas não deve ser entendida como simples fornecimento de informações ao

pesquisador, mas como oportunidade para expressar interpretações próprias sobre a comunidade e discutir coletivamente suas necessidades e possibilidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise conjunta das entrevistas e dos mapas produzidos na oficina permitiu organizar os resultados em três categorias: (1) memória coletiva, identidade e disputas territoriais; (2) representação do território atual; e (3) projeções comunitárias expressas no Mapa do Futuro. Essas categorias evidenciam que a territorialidade de Chã dos Negros é constituída tanto pelas experiências históricas e cotidianas quanto pelas expectativas de transformação formuladas pelos moradores.

4.1 Memória coletiva, identidade e disputas territoriais

As entrevistas mostram que os moradores relacionam a identidade de Chã dos Negros à ancestralidade negra, à história de formação da comunidade e às mobilizações pelo reconhecimento quilombola. Ao abordar a origem do nome, a entrevistada E1 relatou que o local era referido como “lugar que só tem negro” (E1, entrevista, 2025). A expressão aparece no relato como parte da memória sobre a nomeação do lugar e permite discutir como uma designação associada à negritude é incorporada à narrativa identitária da comunidade.

A entrevistada também relacionou as primeiras mobilizações pelo reconhecimento a João de Tantão e à participação de estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco, situando o início desse processo aproximadamente no começo dos anos 2000. Segundo as informações reunidas no trabalho, a certificação formal da comunidade ocorreu em 2004. A diferença entre o início das mobilizações e o reconhecimento institucional evidencia que os processos de afirmação territorial se constroem ao longo do tempo e envolvem articulações comunitárias e institucionais.

Os relatos também apontam que a delimitação territorial, realizada a partir de 2010 segundo a entrevistada, não eliminou as tensões em torno das fronteiras. Foram mencionadas relações de limite com localidades e propriedades vizinhas, incluindo a Fazenda Recreio, em relação à qual persistiriam questionamentos. Esses relatos

ISSN: 2358-8829

demonstram que o reconhecimento formal e a delimitação do território não encerram necessariamente as disputas por legitimidade e acesso à terra.

A entrevistada apontou ainda carências relativas a serviços e equipamentos comunitários, mencionando a ausência de posto de atendimento à saúde e necessidades relacionadas à educação e às oportunidades de organização coletiva. Já o entrevistado E2 destacou a união de famílias tradicionais e a permanência de práticas culturais, como rezas, coco de roda e produção cerâmica. As duas entrevistas, portanto, apresentam dimensões complementares: enquanto uma enfatiza o reconhecimento, as fronteiras e as demandas por direitos, a outra destaca vínculos familiares, práticas culturais e ações de organização local.

Esses achados dialogam com a compreensão do território como uma construção social e histórica. A territorialidade quilombola não pode ser reduzida à delimitação cartográfica, pois envolve memória, cultura, relações de parentesco, práticas religiosas e organização política. A Cartografia Social permite articular essas dimensões e registrar aspectos da experiência comunitária que dificilmente seriam compreendidos apenas pela observação das formas físicas do espaço.

4.2 O mapa atual: percepção espacial e limites do território vivido

Na oficina, nove moradores foram convidados a representar o território tal como o percebiam. Na análise dos desenhos, apenas um mapa atual apresentou elementos considerados suficientes para a discussão espacial desenvolvida nesta pesquisa. Esse dado deve ser compreendido como limite do material gráfico analisado, e não como evidência de que os demais participantes não possuam conhecimento ou percepção sobre o território.

O mapa analisado apresenta uma organização predominantemente linear, estruturada pela rodovia PE-78 e pela concentração das moradias ao longo de seu percurso. A representação enfatiza elementos construídos e de circulação, incluindo casas e referências comunitárias. Essa organização sugere que a estrada e a disposição das habitações constituem referências importantes na percepção cotidiana do espaço.

ISSN: 2358-8829

Também chama atenção a pouca presença de elementos naturais, como árvores, áreas de mata, fontes de água e roçados. Essa ausência não deve ser interpretada automaticamente como prova de que tais elementos não sejam importantes para os moradores. Entretanto, quando relacionada às entrevistas, nas quais aparecem referências à perda de áreas coletivas e a mudanças no uso do solo, ela permite levantar a hipótese de que o mapa atual privilegia os elementos mais imediatamente visíveis e presentes na organização cotidiana da comunidade.

A entrevistada E1 mencionou perdas de espaços coletivos, incluindo o antigo campo de futebol e áreas de vegetação que teriam sido desmatadas para a construção de casas e estabelecimentos comerciais. Relacionadas ao mapa, essas informações sugerem que a representação espacial também pode ser atravessada pelas transformações territoriais e pelas disputas em torno do uso da terra. Essa interpretação é coerente com Acselrad e Coli (2008), que permitem pensar a cartografia como campo no qual se manifestam disputas e diferentes formas de representar o território.

A leitura a partir de Santos (1996; 2008) reforça que os elementos representados — como a estrada e as moradias — devem ser analisados em conjunto com as ações, os usos e as relações sociais que os produzem. Assim, o mapa atual é compreendido como uma representação situada da experiência espacial, e não como retrato neutro ou completo de toda a comunidade.

4.3 O Mapa do Futuro: desejos coletivos e projetos territoriais

Diferentemente da representação atual, o Mapa do Futuro foi elaborado coletivamente e expressou expectativas sobre a comunidade desejada. Nele aparecem áreas verdes e árvores, espaços culturais, equipamentos comunitários e locais de convivência. Entre os elementos representados estão propostas relacionadas à cultura, ao lazer e à melhoria das condições de vida coletiva.

A presença de áreas verdes e árvores pode ser interpretada como expressão de um desejo de ampliar ou recuperar espaços ambientais e de convivência. Do mesmo modo, a inclusão de equipamentos culturais e comunitários indica que os participantes atribuem importância à preservação e à expressão de suas práticas culturais. Essas

ISSN: 2358-8829

projeções dialogam com as entrevistas, que mencionaram a relevância das tradições locais e as necessidades de serviços e espaços coletivos.

O mapa futuro não deve ser lido como previsão do que necessariamente ocorrerá, mas como representação de aspirações e prioridades percebidas pelos participantes. Sua elaboração coletiva torna visíveis demandas que podem orientar conversas comunitárias e debates com instituições públicas. Nessa perspectiva, o mapa constitui um instrumento de planejamento participativo e de comunicação das expectativas dos moradores.

A comparação entre os mapas atual e futuro revela dimensões complementares da territorialidade: o primeiro enfatiza a organização espacial percebida no presente, enquanto o segundo registra desejos de transformação e ampliação dos espaços coletivos. A diferença entre ambos evidencia que a representação cartográfica pode contribuir tanto para interpretar a realidade quanto para imaginar alternativas de organização territorial.

A oficina, portanto, ultrapassou a produção de desenhos. O processo permitiu aos participantes selecionar elementos, compartilhar percepções e representar suas prioridades. Essa experiência se aproxima da perspectiva de Freire (1987), ao valorizar o diálogo como parte da construção do conhecimento, e da Cartografia Social discutida por Gorayeb, Meireles e Silva (2015), na qual a participação comunitária assume papel central na representação do território.

De modo geral, os resultados indicam que a articulação entre entrevistas e mapeamento participativo permitiu compreender a comunidade por meio de diferentes registros. As narrativas trouxeram aspectos históricos, culturais e políticos, enquanto os mapas evidenciaram referências espaciais e expectativas de transformação. A principal contribuição da Cartografia Social, nesse caso, está em reunir essas dimensões sem reduzir a comunidade a um limite físico, reconhecendo os moradores como sujeitos capazes de interpretar e projetar o território que habitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar de que forma a Cartografia Social pode contribuir para a visibilidade, o reconhecimento e a afirmação da territorialidade da Comunidade

ISSN: 2358-8829

Quilombola Chã dos Negros, em Passira-PE. A partir das entrevistas e da oficina de mapeamento participativo, foi possível compreender que o território é constituído por relações históricas, culturais, políticas e simbólicas que articulam memória, identidade, práticas cotidianas e reivindicações por direitos.

As entrevistas evidenciaram elementos importantes da trajetória comunitária, incluindo a origem do nome, as mobilizações pelo reconhecimento quilombola, as disputas em torno da delimitação territorial, as práticas culturais e as demandas por serviços e espaços coletivos. Esses aspectos mostram que a certificação institucional, embora relevante, não encerra os desafios relacionados à garantia de direitos e à construção de condições adequadas de vida.

A análise dos mapas revelou duas formas complementares de representar o território. O mapa atual enfatizou a estrada e a concentração das moradias, enquanto o Mapa do Futuro destacou aspirações relacionadas à presença de áreas verdes, espaços culturais, equipamentos comunitários e melhores condições de convivência. A comparação entre essas representações permitiu discutir tanto a percepção do espaço vivido quanto os projetos de transformação formulados coletivamente.

Conclui-se que a Cartografia Social contribuiu para registrar as memórias e as expectativas dos moradores e para reconhecer seus saberes como parte legítima da produção do conhecimento geográfico. O mapa participativo pode atuar como recurso pedagógico, cultural e político, desde que seja compreendido como expressão situada das percepções dos participantes e não como substituto dos processos formais de reconhecimento ou regularização territorial.

Como desdobramento, recomenda-se ampliar as oficinas para incluir outros moradores e diferentes grupos etários, comparar percepções sobre o território e acompanhar como as prioridades registradas no Mapa do Futuro são debatidas pela comunidade. Pesquisas futuras também podem aprofundar a relação entre cartografia participativa, educação quilombola e políticas públicas, respeitando os interesses, o consentimento e o protagonismo da comunidade. Dessa forma, o estudo contribui para o debate sobre a importância de processos participativos na valorização da memória, da identidade e da justiça territorial.

ISSN: 2358-8829

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem aos moradores e representantes da Comunidade Quilombola Chã dos Negros pela participação, pela partilha de memórias e experiências e pela colaboração na oficina de mapeamento participativo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Cartografia social: território, poder e representação. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019.

COTRIM, Gilberto. História e consciência do Brasil: da conquista à independência. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DA COSTA RAMALHO, Cristiano. Quilombo é o nosso lugar: a (re)existência quilombola no Brasil. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 22, n. 55, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/rep.2024.79900. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/79900. Acesso em: 14 nov. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. Boletim DATALUTA, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54743. Acesso em: 15 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. Cartografia social e cidadania: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

HARLEY, J. B. A nova natureza dos mapas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56–63, 1996. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28364. Acesso em: 2 out. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PASSIRA. Prefeitura Municipal de Passira. Formação do povo de Passira. Disponível em: https://passira.pe.gov.br/index.php/passira/formacao-do-povo.html. Acesso em: 1 nov. 2025.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. Cartografia e ensino: proposta e contraponto de uma obra didática. 1997. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ISSN: 2358-8829